



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 002/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 10011/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Mário José Chagas Paulain, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DCAMI - Relatório Conclusivo s/nº e CVRF - Relatório Complementar nº 02/2012.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 02/2012- DMP-MPC-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2011.
Prefeitura Municipal de Nhamundá.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, os termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **DESAPROVAÇÃO**, das contas anuais da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2011, de responsabilidade do **Sr. Mário José Chagas Paulain**, como gestor, tendo em vista todas as impropriedades constatadas e listadas no corpo da proposta de voto, com fundamento no art. 31, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 127, da Constituição do Estado do Amazonas, com redação da Emenda Constitucional n. 15/95, art. 18, I, da Lei Complementar n.º 06/91.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 002/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 10011/2012– FL.02.

10-Ata: 8ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (art. 65 do Regimento Interno).

12.2-Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 002/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 002/2013)

1-Processo TCE nº 10011/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Mário José Chagas Paulain, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DCAMI - Relatório Conclusivo s/nº e CVRF - Relatório Complementar nº 02/2012.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 02/2012- DMP-MPC-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2011.
Prefeitura Municipal de Nhamundá.

*Revelia. Contas Irregulares. Multas. Determinações.
Prazo. Autorização de instauração da cobrança executiva.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Considerar o responsável, Sr. Mário José Chagas Paulain, **REVEL**, nos autos do processo de prestação de contas (processo n.º 10011/2012), em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei n.º 2.423/96;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 002/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 002/2013)

Processo TCE nº 10011/2012– FL.02.

9.2- JULGAR IRREGULARES as Contas do **Sr. Mário José Chagas Paulain**, como ordenador de despesas, com fulcro no art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei n.º 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, face às impropriedades constatadas pelo distinto Órgão Técnico e pelo douto Ministério Público junto a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e não sanadas pelo responsável (itens 1 a 13 da Proposta de Voto);

9.3- Aplicar MULTA ao responsável pelas Contas, **Sr. Mário José Chagas Paulain** – Prefeito e Ordenador de Despesas do município de Nhamundá, conforme reconheça o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2423/96 e o art. 5º, XXVI, a Resolução 04/2002-TCE/AM, na forma como segue:

a) R\$ 3.226,70 (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos), com fulcro no art. 308, I, “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo atraso na remessa da movimentação contábil, via ACP, nos meses de janeiro a outubro;

b) R\$ 6.453,41 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e uarenta e um centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e no art. 308, V, “a”, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno), em virtude das graves infrações às normas legais e contábeis citadas na proposta de voto, mais precisamente no que diz respeito aos itens 1 a 13;

9.4- Determinar que a municipalidade observe com maior rigor os itens 1, 4, 14 a 19 constantes da fundamentação da proposta de voto;

9.5- Determinar, ainda, que a próxima Comissão de Inspeção verifique *in loco* se as falhas observadas pela Comissão de Verificação da Responsabilidade Fiscal – CVRF e DCOP já foram devidamente corrigidas ou se as mesmas permanecem, cabendo ao Relator das Contas de 2012 fazer as ponderações que considerar convenientes;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor total da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n. 04/2002);

9.7- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n. 04/2002.

10-Ata: 8ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 28 de fevereiro de 2013.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 002/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 002/2013)

Processo TCE nº 10011/2012– FL.03.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12.1-Declaração de Impedimento: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque (art. 65 do Regimento Interno).

12.2-Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM